

Recebido em:
Publicado em:

A NATURALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUAS RELAÇÕES COM A MEDICALIZAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Michelle Aparecida Ferreira dos Santos  0000-0003-3647-9837¹

Janaina Franciele Camargo  0000-0003-0248-0098²

RESUMO. Segundo a teoria histórico-cultural, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre pela mediação e consequente organização do conhecimento construído historicamente. Entretanto, nos dias atuais, pode-se observar uma biologização dos problemas de aprendizagem e de comportamento na escola. O objetivo do trabalho foi analisar como a medicalização tem sido utilizada como modo de solucionar problemas que surgem no interior do processo de escolarização. Para tanto, foram utilizados textos que tratam da questão da queixa escolar e que mostram que esta tem sido elaborada levando-se em conta apenas aspectos centrados no indivíduo e em seu corpo. Tais estudos são relevantes para que a escola repense a sua função na transmissão de conhecimentos, além de buscar contribuir para uma discussão acerca da superação do fracasso escolar para uma visão além do indivíduo, considerando todo o contexto em que este está inserido.

Palavras-chave: Educação; desenvolvimento humano; fracasso escolar; medicalização.

THE NATURALIZATION OF HUMAN DEVELOPMENT PROCESSES AND THEIR RELATIONSHIPS WITH MEDICALIZATION IN THE SCHOOL CONTEXT

¹Centro Universitário Cidade Verde; michellesantos1987@hotmail.com

²Universidade Estadual de Maringá; jana1013@gmail.com

ABSTRACT.According to the cultural-historical theory, the development of higher psychological functions occurs through the mediation and consequent organization of historically constructed knowledge. However, nowadays, one can observe a biologization of learning and behavior problems at school. The objective of this work was to analyze how medicalization has been used as a way of solving problems that arise within the schooling process. To this end, texts were used that deal with the issue of school complaints and that show that this has been elaborated taking into account only aspects centered on the individual and his body. Such studies are relevant for the school to rethink its role in the transmission of knowledge, in addition to seeking to contribute to a discussion about overcoming school failure for a vision beyond the individual, considering the entire context in which it is inserted.

Keywords:Education; human development; school failure; medicalization.

Apresentação

Dentre os diferentes modelos existentes acerca do desenvolvimento humano, a teoria histórico-cultural enfatiza o papel da cultura e das interações sociais. Vygotsky (1999) destaca que o indivíduo somente se constitui como tal através das suas relações sociais com os outros indivíduos e com o mundo exterior em um determinado contexto histórico. Nesta relação do sujeito com o mundo, a linguagem é um dos principais mediadores, sendo através dela que a criança terá acesso à cultura acumulada das gerações precedentes dentro da sociedade em que está inserida.

Embora boa parte dos profissionais da educação tenha uma visão de desenvolvimento baseada na maturação, o que denota uma biologização do ser humano para justificar o fracasso escolar (Asbahr & Nascimento, 2013), para Vygotsky (1999) os processos passivos de maturação não constituem o fator mais importante para o desenvolvimento das funções superiores. Estes, de fato, se desenvolvem por meio de transformações qualitativas dos comportamentos e, segundo o autor, “A noção corrente de maturação como um processo passivo não pode descrever, de forma adequada, os fenômenos complexos” (p. 26). Sendo assim, a escola configura-se como um contexto de suma importância no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e no

desenvolvimento das crianças, destacando-se o papel do professor como mediador e organizador do conhecimento elaborado historicamente.

Enquanto fenômeno existente no âmbito escolar, o uso de medicamentos por aqueles ainda em processo de escolarização tem tomado conta do interior das instituições de ensino, a chamada medicalização. Acerca deste conceito, Guarido (2010) afirma que:

[...] foi utilizado em diversos estudos, especialmente a partir da década de 70 do século XX, para tratar de uma maneira a partir da qual as vicissitudes do processo de aprendizado das crianças foram frequentemente traduzidas. O conceito medicalização foi também muitas vezes tomado para refletir sobre os acontecimentos no interior das instituições escolares ocorridos quando da higienização das práticas escolares (p. 30).

Medicalizar o aluno é depositar no indivíduo toda responsabilidade pelo seu não aprendizado, quando na realidade deveriam ser observadas outras questões para além do biológico e do individual. A partir de uma revisão bibliográfica crítica feita com textos que discutem sobre o fracasso escolar e a biologização dos problemas de aprendizagem, segue uma exposição acerca do desenvolvimento segundo a teoria histórico-cultural e do fenômeno da medicalização na escola, para conseqüente análise e busca de superação da queixa no contexto atual.

O desenvolvimento humano segundo a teoria histórico-cultural

O processo geral do desenvolvimento infantil, segundo Vygotsky (1999), se estabelece em duas linhas qualitativamente diferentes, mas que se entrelaçam: os processos elementares, que se referem aos processos biológicos de crescimento e a maturação - linha natural, e os processos superiores, cuja origem é sócio-cultural e englobam o domínio dos instrumentos da cultura - linha cultural. Para o autor, as operações mediadas por signos, como o pensamento, não surgem de súbito na mente da criança, mas dependem de uma experiência prévia. Assim, a fala e outros signos são, para a teoria histórico-cultural, instrumentos que auxiliam na solução de tarefas e reestruturam as operações psicológicas, atuando como mediadores, sendo dependentes da cultura em que o indivíduo se encontra inserido e dos sistemas simbólicos disponíveis neste contexto (Veer & Valsiner, 2009). O comportamento planejado e voluntário é o que diferencia o ser humano dos demais animais.

O desenvolvimento da criança não se dá de forma linear e organizada, mas sim dialeticamente por meio de desigualdades, transformações qualitativas, processos adaptativos, revoluções, saltos, processos que ocorrem sob a influência da combinação de fatores externos e internos. Para Vygotsky (1999), os processos de maturação não são o fator mais importante e tampouco descrevem o desenvolvimento das funções superiores - estruturas cerebrais tipicamente humanas tais como percepção, memorização, atenção, pensamento - as quais, de fato, se desenvolvem por meio de transformações qualitativas dos comportamentos.

Por meio dessas formulações, Vygotsky (1999) afirma sua ideia de que o desenvolvimento e o aprendizado pressupõem relações sociais entre as crianças e as pessoas com as quais convivem, e é por meio dessas relações que ocorrem as trocas de experiências intelectuais. Mas o autor também considera o papel do desenvolvimento na aprendizagem, pois a adaptação aos fatores externos também depende da base interna e das habilidades já adquiridas admitindo, portanto, a necessidade de uma base biológica para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, embora a característica qualitativa de tais funções dependa da atividade social humana (Lampreia, 1992).

Para Vygotsky (1999), as operações mediadas por signos não surgem subitamente na mente da criança, independentemente de qualquer experiência. Pelo contrário, elas surgem por meio de um longo processo de transformações qualitativas que se ligam como estágios. A utilização de meios artificiais na atividade mediada modifica todas as operações psicológicas, de modo que a combinação de instrumento e signo as torna um tipo de comportamento superior. Assim, “o controle da natureza e o controle do comportamento estão mutuamente ligados, assim como a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem” (p. 73).

Através do aprendizado são despertados processos internos de desenvolvimento, criando-se a zona de desenvolvimento proximal. Quando tais processos, que só operam quando a criança recebe o auxílio de outras pessoas, tornam-se internalizados, eles passam a fazer parte do nível de desenvolvimento real da criança. Com isso, pode-se afirmar que o aprendizado é necessário para que haja o desenvolvimento.

Para que o indivíduo passe a utilizar os instrumentos de sua cultura, é de fundamental importância a função psicológica da atenção. Com o uso dela, a criança consegue destacar, dentro de seu campo perceptivo, aqueles elementos que realmente

serão importantes em sua tarefa, de modo que consegue organizar a sua atividade tendo as palavras como auxiliares (Vygotsky, 1999).

Além disso, a fala permite que a criança saia de seu campo temporal imediato e consiga relacionar as mudanças no ambiente com suas atividades passadas, bem como planejar de que forma uma atividade sua no presente poderá acarretar mudanças no ambiente no futuro. Essa capacidade de combinar e sintetizar elementos apreendidos em diferentes períodos do presente e passado para formar um campo atencional unitário se dá através do uso da memória.

Quando uma função como a atenção deixa de ser apenas um reflexo que ocorre diante de algum estímulo e passa a ser controlada, permitindo que o indivíduo estabeleça relações e planeje sua ação, esta torna-se uma função exclusivamente humana, construída por meio das interações sociais desde o início da vida da criança (Suzuki, 2012). Esta capacidade é uma das funções indispensáveis para o aprendizado escolar e não depende apenas de aspectos cerebrais isolados e inatos para que se desenvolva, mas necessita da mediação do outro.

Por meio dessas formulações, Vygotsky (1999) afirma sua ideia de que o desenvolvimento e o aprendizado pressupõem relações sociais entre as crianças e as pessoas com as quais convivem, e é através dessas relações que ocorrem as trocas de experiências intelectuais.

Contudo, muitos profissionais da educação não compreendem o ser humano da maneira descrita, atribuindo a aspectos puramente biológicos o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, tais como lógica, abstração, memória e atenção voluntária. Esta forma de entender o desenvolvimento tem influenciado o modo como a queixa escolar é vista por estes profissionais e, conseqüentemente, a forma como as soluções para tais problemas são propostas.

Vygotsky (1999) descreve princípios que norteiam sua forma de analisar as funções psicológicas superiores. Em um deles, o da *explicação versus descrição*, afirma que os fenômenos devem ser abordados não a partir da forma sob a qual se apresentam externamente (ponto de vista fenotípico/descritivo), mas sim a partir dos aspectos dinâmico-causais que os subjazem (ponto de vista genotípico/explicativo). Sendo assim, ao se deter apenas no comportamento de “desatenção” do aluno, não buscando se aprofundar nos aspectos do contexto que podem estar causando este comportamento, a

tendência é a de que a busca por uma solução também seja realizada focando apenas o aluno.

Neste sentido, a “falta de atenção” dos alunos é um dos problemas mais apontados pelos professores (Suzuki, 2012), os quais não compreendem que a causa deste comportamento pode ser uma falha da escola, e da sociedade atual, em desenvolver a capacidade de atenção voluntária na criança. A queixa, quando individualizada e biologizada, nega o papel do processo de escolarização na sua produção e, também, na sua busca por soluções.

Estudos envolvendo diferentes atores do processo educativo, tais como professores, alunos e psicólogos escolares, revelam que a explicação para o fracasso escolar tem ficado restrita a fatores individuais, sejam eles o aluno, sua família ou o professor. No que concerne aos educadores, Bray (2012) observou que estes atribuem as dificuldades de aprendizagem principalmente ao aluno e, em seguida, à sua família. Desse modo, parecem não ter ciência da importância que seu trabalho como mediadores e detentores do saber científico poderia ter no desenvolvimento pleno dessas crianças.

No que concerne à visão dos professores acerca do impacto que os conteúdos escolares teriam no desenvolvimento psíquico dos alunos, percebe-se um esvaziamento do papel dos conteúdos científicos na fala de alguns profissionais, visto a importância dada por eles aos conhecimentos cotidianos das crianças. O sucesso escolar, para a maioria dos docentes, é fruto de atributos individuais do aluno ou de características de sua família (Silva & Leonardo, 2012). Outros destacaram a necessidade de esperar que a criança esteja “pronta” para aprender determinados conteúdos, sendo que esta ideia de maturação é uma forma de conceber a criança como dependente apenas de seus aspectos biológicos para se desenvolver.

Neste sentido, Asbahr e Nascimento (2013) destacam que a relação entre maturação e desenvolvimento para a teoria histórico-cultural se dá em um contexto em que não se deve esperar que a criança desenvolva determinadas funções necessárias ao aprendizado, mas que a escola deve criar e organizar as condições necessárias para que ela tenha acesso a conhecimentos mais complexos que promovam seu desenvolvimento.

Acerca da visão dos psicólogos escolares sobre o assunto, a pesquisa realizada por Cavalcante e Braz Aquino (2013) apontou que a maior parte dos psicólogos escolares atribui as causas das queixas escolares às famílias e aos alunos. Como consequência, esses

profissionais se valem de práticas tradicionais e isoladas, tais como atividades direcionadas exclusivamente aos alunos ou aos pais, como forma de lidar com o problema.

Os alunos, por sua vez, não consideram a escola como espaço de aprendizado e desenvolvimento, denotando em suas falas um esvaziamento da função desta instituição e do trabalho do professor, visão esta que não está presente apenas do cotidiano destes alunos, mas está disseminado no contexto social em que eles se inserem (Leal & Souza, 2012). Torna-se necessária uma reflexão para que a escola resgate seu sentido, pois:

Ao ensino escolar compete a tarefa de transmitir os conteúdos histórica e socialmente produzidos, garantindo a humanização, que será tanto maior quanto maior for a capacidade de o indivíduo compreender a realidade em seus nexos e múltiplas determinações. (Leonardo, Rossato & Leal, 2012, p.15)

Como podemos notar nas pesquisas citadas, aspectos do contexto político e social são deixados de lado quando se discute as causas e possíveis soluções para o problema do fracasso escolar, sendo mencionados apenas de maneira pontual por uma pequena parcela dos indivíduos pesquisados. Assim, com a biologização das causas da queixa escolar, “isentam-se de responsabilidades todas as instâncias de poder, em cujas entranhas são gerados e perpetuados tais problemas” (Collares & Moysés, 2014, p. 51).

A medicalização na escola

O fracasso escolar ainda é um tema de grande discussão no campo da psicologia, e dentro deste enfoque, as soluções atuais diante deste problema pela maioria dos envolvidos nesta prática ainda é biologizante e individual. O termo biologização significa reduzir tudo aquilo que é humano a questões puramente biológicas, de modo que “a biologização da vida pode ser tomada como uma das expressões da medicalização nos tempos atuais. (Guarido, 2010, p.32)”. De acordo com Moysés e Collares (2014), este termo se refere a:

[...] uma concepção determinista, em que todos os aspectos da vida seriam determinados por estruturas biológicas que não interagiriam com o ambiente, retira do cenário todos os processos e fenômenos característicos da vida em sociedade, como a historicidade, a

cultura, a organização social com suas desigualdades de inserção e de acesso, valores, afetos etc. (p.51-52).

A medicina tem voz e espaço no meio escolar e seu discurso torna-se inquestionável, sendo o médico aquele que dita o que é certo e errado. Acerca do discurso competente, Chauí (2006) destaca que, enquanto discurso instituído e ideológico, este não necessita de outras explicações, aparentemente justifica os fatos de modo superficial e convincente, restando lacunas que não se preenchem por completo. Segundo a autora, “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância.” (p. 19).

A psicologia, por sua vez, também nasceu neste meio médico com os testes psicométricos. Segundo Patto (1993) “coube aos médicos realizar os primeiros testes psicológicos europeus; em 1918, no Hospital Nacional, um pediatra testava as provas da escala Binet de inteligência” (p. 77). A autora ainda ressalta que a corrente psicanalítica desde 1914 passou a vigorar no âmbito da psiquiatria brasileira, resultando na década de vinte no movimento internacional de higiene mental.

Guarido (2010) ressalta que foi dada voz somente à medicina sobre um assunto que deveria envolver diversas disciplinas, tais como a sociologia, a antropologia, economia, história entre outros. A autora ainda destaca que foi nos anos trinta e quarenta do século XX que houve um acolhimento das práticas higienistas e da psicometria nas organizações escolares. O paradigma positivista reduziu a questões meramente individuais aquilo que seria justificado social e historicamente. Tal influência deste saber médico se refletiu inclusive nas instituições escolares, isentando a escola de sua responsabilidade e explicando o fracasso escolar somente pelo indivíduo.

Reduzida a vida a seu substrato biológico, de modo que todo o futuro estaria irreversivelmente determinado desde o início, está preparado o terreno para a medicalização, ideário em que questões sociais são apresentadas como decorrentes de problemas de origem e solução no campo médico. Deve ser ressaltado que reducionismo e medicalização estão inscritos na concepção de Medicina enraizada no paradigma positivista (Collares & Moysés, 2014, p. 52).

Sendo assim, crianças que apresentam dificuldades no processo de escolarização são rotuladas com diagnósticos de transtornos, sobretudo o Transtorno de Déficit de

Atenção e Hiperatividade (TDAH) e, por consequência, recebem a prescrição do metilfenidato, a famosa Ritalina.

Há uma crítica com relação ao TDAH, no que diz respeito à sua etiologia, diagnóstico e tratamentos. Acerca do primeiro termo, afirma-se que o seu conceito ainda se apresenta vago; com relação ao seu diagnóstico, considera-se que vivemos em uma era dos transtornos em que sempre são detectadas doenças nos indivíduos, e os critérios para investigação destes não garantem uma precisão, pois contém características que podem ser comuns a quase todas as pessoas; por fim, sobre os tratamentos, nota-se que além de serem focados no indivíduo enquanto “doente”, o metilfenidato ainda não foi submetido aos testes necessários para averiguação de seus efeitos (Viégas & Oliveira, 2014).

A prescrição de medicamentos para controlar os ditos transtornos de comportamento e atenção apresentados pelas crianças vem sendo feita de modo indiscriminado, quando o que se deveria discutir é sobre o papel da escola na transmissão de conhecimentos historicamente acumulados. Segundo Guarido (2010), “medicalizar um fenômeno teve, tradicionalmente, o sentido geral de reduzir as problemáticas sócio-políticas a questões individuais (p. 30).” Justificar o que é humano apenas pelo biológico não é algo atual, mas um discurso historicamente construído. Conforme explicam Viégas e Oliveira (2014):

Instrumentada pela farmacologia e pelas neurociências, a medicalização ganhou força e apoio social. Nessa perspectiva, o corpo adocece, pois o funcionamento físico do aparelho humano está deixando de responder da maneira ideal. O ser humano passa a ser visto fora de seu contexto sociocultural, como se fosse possível observar qualquer fenômeno fora das relações que o constituem. Os processos sociais e a compreensão do fenômeno na sua completude desalinham com essa tendência atual (p. 41).

Segundo Collares e Moysés (2014), dados retirados da Anvisa em 2010 confirmam que o Brasil é hoje o segundo maior consumidor de metilfenidato no mundo. Este consumo financeiramente é muito interessante para a indústria farmacológica, visto que está obtendo um grande lucro com a venda de medicamentos para pessoas diagnosticadas com o TDAH e tantos outros supostos transtornos do aprendizado. Justifica-se este aumento pela descoberta do transtorno e não se questiona o alarmante número de crianças que estão consumindo este medicamento e que estas, por sua vez,

ainda estão em processo de escolarização e desenvolvimento das funções psíquicas superiores (Viégas & Oliveira, 2014).

O ideário medicalizante tem sido introduzido nas escolas por meio de profissionais da saúde que adentram o ambiente escolar realizando atividades destinadas aos professores da rede pública defendendo os interesses da indústria farmacêutica, reforçando a existência de transtornos que necessitam de medicamentos para o seu tratamento (Collares & Moysés, 2014). Desse modo, o olhar do professor passa a ser uma extensão do olhar do especialista, sendo ele treinado para detectar doenças, perdendo a sua função de educador (Guarido, 2010).

É preciso garantir condições favoráveis para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira efetiva, o que pode ser alcançado por meio de formações que resgatem a importância do papel do professor e da escola, que haja melhores condições de trabalho, que a escola tenha autonomia administrativa para organizar o ensino, que se busque aplicar de forma efetiva o plano pedagógico, entre outros. Nesta perspectiva, “não é função de professores identificar alunos doentes ou suspeitos de doentes, de doenças reais ou transtornos inventados e jamais comprovados. Professores não são profissionais paramédicos, não são e não devem ser subalternos a profissionais da Saúde.” (Collares & Moysés, 2014, p. 62-63)

Conforme destacam Viégas e Oliveira (2014), não se trata de desconsiderar as ciências médicas e as pesquisas enquanto relevantes no tratamento de doenças confirmadas de fato, bem como da tecnologia e da farmácia. Porém, a crítica repousa em “como as ciências citadas estão dominando a vida cotidiana das sociedades capitalistas e como a transcursão biologicista de homem está tomando força no discurso social e sendo especulada e concretizada pela mídia.” (p.55).

Não podemos investigar o fenômeno por ele mesmo, mas em sua totalidade, nas suas contradições e no seu movimento histórico. Desta forma, olhar o fracasso escolar sem considerar o próprio ambiente da escola enquanto formadora deste indivíduo e responsável pela transmissão do conhecimento e consequente desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores é incoerente.

Considerações finais

A capacidade do ser humano de controlar e planejar o seu comportamento, em que a linguagem assume um papel primordial, denota o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, as quais diferem qualitativamente daquelas formas primitivas de agir no mundo, presentes quando não há interação social. Considerando o papel que o ensino escolar sistematizado e intencional tem no desenvolvimento de tais funções, é espantoso notar que a queixa dos profissionais da educação repouse justamente em déficits em habilidades do aluno que eles próprios deveriam estar ajudando a desenvolver. Há uma falha em perceber este fato, de modo que se atribui a culpa do fracasso ao aluno, buscando soluções fora do contexto da escola, não havendo comprometimento de todos os envolvidos. Assim, tais soluções baseadas em diagnósticos do indivíduo recaem, com frequência, na medicalização da criança, tornando pessoal um problema cuja base repousa em aspectos sociais. Como visto, há uma necessidade de que outro indivíduo atue como mediador no desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

O uso de medicamentos como o metilfenidato apenas mascara uma realidade: a escola tem falhado em desenvolver as capacidades superiores daqueles que nela estão inseridos, capacidades que são essenciais para a aprendizagem da cultura construída historicamente e que deveria ser direito de todos.

Desta maneira, é preciso compreender como se dá o desenvolvimento destas funções psíquicas superiores para que a escola desempenhe seu papel ao encontro do interesse deste aluno em processo de escolarização. Valorizar apenas os conhecimentos espontâneos do aluno e manter o foco apenas nestes é negar a este indivíduo o acesso aos conhecimentos científicos que permitiriam o seu pleno desenvolvimento não apenas como ser humano, mas como sujeito capaz de analisar a sua realidade de forma crítica e, como consequência, modificá-la.

O indivíduo que não compreende o seu papel dentro do contexto social em que está inserido pode aceitar passivamente que a culpa do fracasso escolar é exclusivamente sua, perpetuando a ideia corrente de que “só não chegam lá aqueles que não se esforçam”. Sob esta perspectiva, a biologização e a medicalização operam como um alívio, como uma forma de justificar as dificuldades de si, de um filho ou de um aluno, sem a necessidade de admitir a complexidade do problema e os inúmeros obstáculos para a sua solução.

O investimento na formação continuada de professores é de suma importância, principalmente no esclarecimento do seu papel como educador no ambiente escolar e enquanto promotor do desenvolvimento. Neste sentido, deve ser discutida uma visão contextualizada do fracasso, retirando o foco que existe apenas no individual e no biológico.

Uma possibilidade de intervenção seria a criação de espaços de diálogo entre alunos, professores, pais e comunidade escolar, reunindo todos os atores envolvidos para um debate que busque a superação desta visão reducionista, pois a relação entre professores e alunos é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem.

Referências

- Asbahr, F. S. F & Nascimento, C. P. (2013). Criança não é manga, não amadurece: Conceito de maturação na teoria histórico-cultural. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33 (2), 414-427.
- Bray, C. T. (2012). Queixas escolares na perspectiva de educadores das redes pública e privada: contribuição da psicologia histórico-cultural. Em: N. S. T. Leonardo, Z. F. de R. G. Leal & S. P. M. R. Rossato (Orgs.), *Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar* (pp. 83-127). Maringá: Eduem.
- Cavalcante, L. A. & Braz Aquino, F. S. (2013). Ações de psicólogos escolares de João Pessoa sobre queixas escolares. *Psicologia em Estudo*, 18 (2), 353-362.
- Chauí, M. (2006). *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.
- Collares, C. A. L. & Moysés, M. A. A. (2014). A educação na Era dos transtornos. Em: L. S. Viégas, M. I. S. Ribeiro, E. C. Oliveira & A. L. Teles (Orgs.). *Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência e Mito?* (pp. 46-65). Salvador: EDUFBA.
- Guarido, R. (2010). A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. Em: Conselho Regional De Psicologia-SP, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. (pp. 27-39). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Lampreia, C. (1992). *As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo: uma discussão de seus limites*. Tese de doutorado, Doutorado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro.
- Leal, Z. F. R. G & Souza, M. P. R. (2012). A queixa escolar sob a perspectiva do aluno: a contribuição do processo de escolarização na formação do indivíduo. Em: N. S. T. Leonardo, Z. F. de R. G. Leal & S. P. M. R. Rossato (Orgs.), *Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar* (pp. 206-226). Maringá: Eduem.
- Leonardo, N. S. T., Rossato, S. P. M., & Leal, Z. F. R. G. (2012). Estado da arte de estudos sobre a queixa escolar (1990/2009): uma análise a partir da psicologia hist. Em: N. S. T. Leonardo, Z. F. de R. G. Leal & S. P. M. R. Rossato (Orgs.), *Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar* (pp. 15-50). Maringá: Eduem.
- Patto, H. S. (1993). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Silva, V. G. & Leonardo, N. S. T. (2012). Psicologia histórico-cultural e o desenvolvimento psíquico infantil: compreendendo o processo de escolarização e a queixa escolar. Em: N. S. T. Leonardo, Z. F. de R. G. Leal & S. P. M. R. Rossato (Orgs.), *Pesquisas em queixa escolar: desvelando e desmistificando o cotidiano escolar* (pp. 51-82). Maringá: Eduem.
- Suzuki, M. A. (2012). *A medicalização dos problemas de comportamento e da aprendizagem: uma prática social de controle*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UEM. Maringá, Paraná.
- Veer, R. V. d. & Valsiner, J. (2009). *Vygotsky: uma síntese*. (6ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Vygotsky, L. S. (1999). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (6ª ed., J. C. Neto, L. S. M. Barreto & S. C. Afeche, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (texto original publicado no Brasil em 1984).
- Viégas, L. S. & Oliveira, A. R. F. (2014). TDAH: conceitos vagos, existência duvidosa. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25 (1), 39-58.